
INCLUSÃO ESCOLAR EM PERSPECTIVA: UM OLHAR SOBRE A PRÁTICA DOS PROFISSIONAIS DE APOIO EM UBERLÂNDIA

DOI: 10.5281/zenodo.15640945

Camila Rezende Oliveira¹

¹ICHPO – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: oliveira.camila@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6171862210300955>

Vitor Alves Rezende²

³PPGED – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: vitor.alves.rezende@educacao.mg.gov.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9740273001875814>

Valquíria Azevedo Rosa³

²PPGCE – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: valquiria.rosa@ufu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9399030579032458>

Nayslla Martins dos Santos⁴

⁵PPGCE – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: naysllaleandro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5602468502519104>

Rayssa Soares Santos Barborsa⁵

⁶PPGCE – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: rayssasoes886@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4202702600600195>

Douglas Carvalho de Menezes⁶

Secretaria Estadual de Educação - SEE

E-mail: douglasmatufu@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8752062207121003>

RESUMO: A Educação Especial na perspectiva inclusiva é uma modalidade de ensino que assegura a todos os estudantes o direito de conviver e aprender em um mesmo ambiente escolar, seja em instituições públicas ou privadas de ensino regular, sem qualquer forma de segregação. A efetivação desses direitos se deu por meio da implementação de políticas públicas voltadas à Educação Especial e à inclusão, desenvolvidas ao longo de décadas da história brasileira. Nesse contexto, destaca-se a atuação dos Profissionais de Apoio Escolar à inclusão, cuja presença é fundamental para garantir o acesso, a permanência e a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial. No entanto, muitos desses profissionais relatam sentimentos de isolamento e apontam que o trabalho colaborativo em prol da inclusão frequentemente não se sustenta de forma contínua. Diante desse cenário, o presente artigo propõe um levantamento das legislações que fundamentam a Educação Especial no país, com ênfase na prática dos Profissionais de Apoio Escolar no município de Uberlândia — prática esta que, apesar de prevista legalmente, ainda enfrenta obstáculos para se tornar efetivamente

implementada e verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Condições de Trabalho; Educação Especial; Inclusão; Profissionais de Apoio Escolar; Valoração Profissional.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial na perspectiva inclusiva é uma modalidade de ensino que assegura a todos os estudantes o direito de conviver e aprender em um mesmo ambiente escolar, seja em instituições públicas ou privadas de ensino regular, sem qualquer forma de segregação. A consolidação dos direitos das pessoas com deficiência é resultado de um longo processo de mobilização e reivindicação, uma vez que historicamente esse grupo foi alvo de exclusão social e silenciamento, sendo, por muito tempo, impedidas de acessar uma educação que respeitasse suas singularidades e atendesse, de forma sensível e adequada, às suas necessidades de aprendizagem.

No contexto brasileiro, a legislação voltada à educação inclusiva passou por avanços significativos a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual assegura o direito de todos à educação, com vistas ao pleno desenvolvimento pessoal, ao exercício da cidadania e à preparação para o mundo do trabalho. Essa normativa também estabelece a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, além de prever a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente no ensino regular. No entanto, foi apenas a partir da década de 1990 que se iniciaram, de forma mais concreta, os movimentos de inclusão de estudantes com deficiência no sistema educacional. Ainda assim, essa inclusão ocorria de maneira limitada, marcada por práticas segregadoras que pouco reconheciam e valorizavam as diferenças.

Nesse percurso, é importante compreender que as políticas de educação inclusiva no Brasil têm sido gradualmente construídas sob forte influência de marcos históricos internacionais. A Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e promovida pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), representou um importante passo ao reafirmar o compromisso com o acesso universal à educação. Posteriormente, em 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca, na Espanha, que estabeleceu diretrizes fundamentais para a promoção da inclusão educacional, destacando a importância de que todos os estudantes,

incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas, tivessem acesso ao ensino em escolas regulares, como forma de garantir a equidade e o respeito à diversidade. (KASSAR; REBELO; OLIVEIRA, 2019).

[...] independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1990, p. 3).

Em 1999, foi firmada a Convenção da Guatemala, que no Brasil passou a vigorar por meio do Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Seu principal objetivo foi promover a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. Essa convenção, assim como outros documentos internacionais, tem como base os princípios estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, constituindo-se como um marco importante para a consolidação da educação inclusiva em âmbito global, ao reafirmar o direito de todos à igualdade, à dignidade e à participação plena na sociedade — inclusive no contexto educacional.

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. (DECLARAÇÃO DIREITOS HUMANOS, 1948).

A análise do cenário delineado pelos acordos internacionais firmados em conferências mundiais evidencia a necessidade que o governo federal brasileiro encontrou de alinhar suas políticas públicas inclusivas às diretrizes estabelecidas nesses documentos. Esse movimento buscou garantir as condições necessárias para que estados e municípios pudessem se integrar a esse processo, contribuindo para o fortalecimento da efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no contexto escolar.

Nesse contexto, em 1996, o governo brasileiro instituiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que passou a assegurar o Atendimento Educacional Especializado, de forma gratuita, aos estudantes que integram o público-alvo da Educação Especial (PAEE) — ou seja, aqueles com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação. Esse atendimento deve ser oferecido de maneira transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, preferencialmente no âmbito da escola regular (BRASIL, 1996, com redação atualizada pela Lei nº 12.786/2013). A LDBEN também estabelece, em seu Capítulo V:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (BRASIL, 1996).

Nesse sentido, a promulgação da Lei nº 13.146, de 2015 — conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência — representou um importante avanço na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência. Entre suas determinações, destaca-se a obrigatoriedade de que as escolas regulares acolham esses estudantes, reafirmando o direito de todos à educação em igualdade de condições. A LBI também instituiu um conjunto de garantias voltadas à promoção da acessibilidade, da participação plena e do respeito à dignidade humana (BRASIL, 2015).

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

A legislação vigente, que institui a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), garante que os sistemas educacionais contem com profissionais dedicados a apoiar os estudantes do PAEE. Esses profissionais, que desempenham funções como instrutores, monitores ou cuidadores, têm como principal função oferecer suporte em atividades do cotidiano escolar, como higiene, alimentação e locomoção, especialmente para aqueles que necessitam de apoio contínuo.

Assim, no município de Uberlândia-MG, essa função é desempenhada por profissionais denominados Profissionais de Apoio Escolar (PAE), anteriormente conhecidos como Educador Infantil II. De acordo com o artigo 31-F da legislação, houve uma mudança formal na nomenclatura, com a alteração do cargo de Educador Infantil II para Profissional de Apoio Escolar, conforme estabelecido nos Anexos III, V e VIII, e nas atribuições descritas no Anexo IV da referida lei (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 661/2019). Além da mudança no título, também ocorreram modificações nas atribuições desses profissionais, que

são:

Desenvolver e executar atividades lúdico-educativas, desde a Educação Infantil ao 9º Ano do Ensino Fundamental, no ensino regular e na modalidade de educação especial, pautando-se no respeito à dignidade, aos direitos, as especificidades e diferenças sociais, econômicas, culturais, étnicas e religiosas; Confeccionar recursos materiais, utilizados nas atividades lúdico-educativas; Oferecer aos alunos materiais que incentivem a criatividade, a habilidade, entre outros, para possibilitar o desenvolvimento intelectual, psicomotor e social; Acompanhar, orientar, estimular e executar a higiene pessoal dos alunos, observando as alterações em termos de saúde e nutrição; Ensinar aos alunos hábitos de limpeza, higiene, disciplina e tolerância, entre outros atributos morais e sociais; Auxiliar na solução de problemas individuais dos alunos, encaminhando ao especialista os casos em que seja necessária assistência especial; Organizar, conservar e cuidar da higienização do material lúdico-pedagógico, equipamentos e quaisquer outros materiais utilizados pelos alunos; Preencher o formulário de frequência dos alunos; Estimular, preparar e acompanhar o repouso dos alunos; Auxiliar nas atividades de promoção da integração escola-família-comunidade, por meio de reuniões com pais, professores e demais profissionais de ensino; Socorrer o aluno em casos de pequenos acidentes e de emergência, tomando as providências necessárias, segundo orientação recebida do profissional da área, levando-a ou encaminhando-a ao posto de saúde ou médico mais próximo, informando os pais ou responsáveis; Organizar todo material referente às atividades com o aluno, assim como roupas, toalhas, produtos de higiene pessoal e calçados de uso das crianças; Executar atividades de higienização dos alunos, como banho, troca de fraldas, escovação de dentes, limpeza das mãos, deambulação, entre outras que se fizerem necessárias; Auxiliar na organização e promoção de trabalhos complementares de caráter cívico, cultural, vocacional ou recreativo, incentivando o espírito de liderança, a sociabilização e a formação integral dos alunos; Acompanhar, orientar, estimular e executar atividades relativas a alimentação, higiene, locomoção, saúde, segurança e bem estar junto o aluno com deficiência e/ou Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), sempre que validada a necessidade pela Equipe de Atendimento Educacional Especializado em consonância com a Assessoria Pedagógica; Desenvolver atividades com recursos imagéticos, materiais concretos, revistas, jornais, letras móveis, recortes de livros didáticos, e outros, de modo a tornar acessíveis os conteúdos curriculares oferecidos pelo Professor, respeitando as especificidades apresentadas pelo aluno relacionadas à sua condição de funcionalidade; Atuar de forma articulada com os professores da sala comum, da sala de recursos multifuncionais, bem como com os outros profissionais do contexto escolar; Organizar tempos e espaços que privilegiem o brincar como forma de expressão, pensamento e interação; Auxiliar o aluno na organização do material, manuseio e registro do conteúdo no caderno; Auxiliar o professor e a equipe pedagógica da escola no desenvolvimento das atividades com os alunos e turmas, propiciando a acessibilidade do aluno aos conteúdos ministrados em classe comum; Auxiliar o aluno na condução ou locomoção em horário de entrada, saída ou em quaisquer outras necessidades fora da sala; Realizar a mediação do desenvolvimento e aprendizagem do aluno que necessite de auxílio especial para que este tenha acesso aos conhecimentos e conteúdo dentro da sala de aula; Colaborar com o trabalho em grupo na sala de aula, integrando o aluno nas tarefas e

auxiliando o professor para atendê-lo em sua diferença;
Auxiliar o aluno na realização das avaliações ocorridas na sala de aula, realizando estratégias desenvolvidas pelos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
Fazer interlocução/interação com os profissionais da instituição escolar na qual esteja atuando, para reflexão, avaliação e aperfeiçoamento da sua prática profissional, bem como para elaboração do projeto político pedagógico;
Participar de eventos e cursos formação continuada;
Participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
Executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade associadas ao seu cargo ou ambiente organizacional. (UBERLÂNDIA, 2019)

De acordo com a Instrução Normativa SME nº 006/2022, os PAE's devem atuar de maneira integrada com os professores das classes regulares e do AEE, no processo de adaptação, flexibilização e mediação das atividades escolares, com o objetivo de promover a participação ativa dos estudantes do PAEE. Dessa forma, esses profissionais desempenham um papel fundamental no fomento à autonomia e acessibilidade desses alunos no ambiente escolar (UBERLÂNDIA, 2022, p. 12).

No entanto, é perceptível que muitos desses profissionais se sentem isolados, e o trabalho colaborativo em prol da inclusão dos estudantes PAEE muitas vezes não se mantém de forma consistente. Como resultado, a inclusão plena, conforme estabelecido pelas legislações, ainda não é efetivamente implementada na prática.

Nesse contexto, foram necessárias mudanças significativas nas estruturas físicas, materiais, documentais e profissionais das instituições de ensino. A garantia desses direitos ocorreu por meio da implementação de políticas públicas voltadas à Educação Especial e inclusiva, desenvolvidas ao longo de um extenso período da nossa história. É fundamental que essas legislações sejam acompanhadas de propostas que reflitam o processo educacional de forma ampla, respeitando as particularidades de aprendizagem de cada aluno. O objetivo central deve ser transformar a realidade de exclusão e segregação, destacando a relevância de ambientes educacionais diversos, capazes de promover a aprendizagem de todos os estudantes.

O presente artigo se configura como um estudo qualitativo, realizado por meio de pesquisa documental e bibliográfica, complementado por um relato de experiência. A investigação tem como ponto de partida a análise das normativas que regem a Educação Especial no Brasil, com um foco específico em como essas legislações e diretrizes têm

orientado as práticas inclusivas nos sistemas educacionais do município de Uberlândia.

Nesse cenário, destaca-se o papel dos Profissionais de Apoio Escolar à inclusão, cuja atuação é fundamental para garantir o acesso, a permanência e a participação dos estudantes do público-alvo da Educação Especial. No entanto, é evidente que esses profissionais frequentemente enfrentam desafios no exercício de suas funções. Esse contexto revela um distanciamento entre o que é estabelecido pelas legislações e a realidade cotidiana nas escolas, ressaltando a necessidade de uma atuação mais integrada, estruturada e humanizada, que leve em consideração as particularidades dos estudantes e valorize o trabalho de todos os profissionais envolvidos no processo de inclusão.

2. METODOLOGIA

Os profissionais da educação, em geral, estão receosos com o aumento expressivo de matrículas desse público nas classes comuns, de acordo com os dados mais recentes do Censo Escolar de 2023, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número total de matrículas na educação básica foi de 47,3 milhões, distribuídas em 178,5 mil escolas em todo o Brasil. Dentre essas matrículas, observou-se um aumento significativo na inclusão de estudantes com deficiência em classes comuns, passando de 92,7% em 2019 para 95% em 2023 (BRASIL, 2024).

Em vista disso, com base no aumento das matrículas dos estudantes com deficiências no ensino regular, há maior necessidade de incluir esse público e atender suas necessidades nas escolas regulares do país, tendo como referência as políticas de inclusão, como a LDBEN no Art.59-III, que assegura aos estudantes públicos alvo da Educação Especial, “[...] professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996).

A presente pesquisa adotará a abordagem qualitativa, a qual, conforme destaca Flick (2004), é especialmente relevante para o estudo das relações sociais, considerando a crescente pluralidade da vida em sociedade e as transformações sociais que ocorrem de forma acelerada. A escolha por essa abordagem se justifica pela necessidade de compreender o objeto de estudo de maneira abrangente, analisando suas múltiplas interações dentro dos contextos social, político e cultural.

Nesse sentido, serão considerados os princípios fundamentais da pesquisa qualitativa,

que envolvem a seleção adequada de métodos e teorias pertinentes, a valorização de diferentes perspectivas, a autorreflexão do pesquisador sobre seu papel no processo de produção do conhecimento, bem como a diversidade de abordagens e técnicas utilizadas (FLICK, 2004, p. 20). Diante disso, como parte dos procedimentos metodológicos, será realizado inicialmente um levantamento bibliográfico, que tem como função “a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” (PIZZANI et al., 2012, p. 54).

Em vista disso, outro procedimento metodológico adotado foi a entrevista semiestruturada. Essa técnica se mostra relevante por permitir, conforme destaca Triviños (1987), que o entrevistador esteja presente de forma ativa durante o processo, ao mesmo tempo em que garante ao participante liberdade e espontaneidade para expressar suas ideias, contribuindo significativamente para o aprofundamento da investigação (TRIVIÑOS, 1987, p. 145). Nessa mesma direção, Ludke e André (1986) ressaltam que uma das principais vantagens da entrevista em relação a outras técnicas é a possibilidade de obter informações de maneira direta e imediata (LUDKE; ANDRÉ, 1986, P. 33-34). Com base nisso, a pesquisa prevê a realização de entrevistas semiestruturadas com Profissionais de Apoio Escolares, buscando compreender suas vivências e percepções no contexto da inclusão escolar.

Dessa forma, foi elaborado um questionário aplicado a 22 Profissionais de Apoio Escolar (PAE) atuantes em escolas distintas da rede municipal de ensino de Uberlândia, com o objetivo de compreender as condições de trabalho, os desafios enfrentados, a formação profissional e o nível de suporte institucional recebido por esses trabalhadores. As perguntas buscaram identificar aspectos como a sobrecarga no exercício da função, a quantidade de alunos acompanhados, a existência (ou ausência) de formação específica para a atuação com estudantes com deficiência, além da percepção dos participantes quanto à valorização profissional e ao apoio por parte da equipe escolar.

O instrumento também abordou questões relacionadas à adaptação curricular, à infraestrutura escolar e aos impactos emocionais provocados por uma rotina intensa e, muitas vezes, marcada por frustrações. Os dados levantados têm o propósito de subsidiar uma análise crítica sobre as práticas inclusivas nas instituições e evidenciar as lacunas existentes entre o discurso da inclusão e a realidade vivenciada no cotidiano escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este relato de experiência tem como objetivo compartilhar os enfrentamentos e dificuldades vivenciados por profissionais que atuam diretamente no acompanhamento de estudantes PAEE nas escolas municipais de Uberlândia, destacando a sobrecarga enfrentada no exercício diário de suas funções. Diante do atual cenário educacional, marcado pela falta de formação especializada, ausência de suporte institucional e falta de reconhecimento, muitos desses profissionais se percebem abandonados à própria sorte, tendo que lidar sozinhos com desafios complexos.

Atuando nessa função há alguns anos, percebo que o processo de inclusão no ambiente escolar ainda está longe de ser efetivado. Durante minha trajetória profissional, evidenciei que, mesmo quando a escola promove um discurso favorável à inclusão, as instituições enfrentam obstáculos significativos para concretizar práticas verdadeiramente inclusivas. Esses desafios perpassam pela infraestrutura inadequada, pela ausência de formação especializada e por uma cultura capacitista e preconceituosa, que não valoriza o desenvolvimento dos estudantes com deficiência e, muitas vezes, sequer os reconhece como sujeitos de direitos. Diante disso, há um abandono desses discentes, que acabam ficando sob a responsabilidade do PAE que se vê sobrecarregado diante das múltiplas demandas e desafios enfrentados no cotidiano escolar.

Para exercer esse cargo, exige-se curso de magistério, pedagogia ou normal superior, acrescido de um curso de capacitação de 80 horas voltado ao cuidado de alunos com deficiência. Observa-se, assim, uma lacuna na formação especializada, pois não é exigida uma qualificação específica na área da Educação Especial. Isso abre espaço para uma atuação desprovida de embasamento teórico, na qual predominam práticas baseadas no senso comum, carregadas de estereótipos e concepções equivocadas. Soma-se a isso a desvalorização profissional: mesmo atuando no campo do magistério, muitos estão lotados no quadro administrativo, sendo registrados em sua carteira de trabalho digital com a nomenclatura de “babá”.

Outro fator agravante é o fato de o PAE precisar se dividir entre vários estudantes em uma única sala de aula, com diferentes necessidades e formas de abordagem, além de acompanhar crianças não laudadas que, muitas vezes, exigem tanto quanto aquelas com laudo. Essa realidade compromete o atendimento aos alunos que, de fato, têm direito a esse acompanhamento, os quais acabam desassistidos. A prioridade geralmente recai sobre os chamados “alunos exclusivos”, que apresentam comportamentos mais disruptivos, como correr, fugir, se machucar ou agredir colegas, além de deficiências motoras e intelectuais

severas. Nesse cenário, as crianças que necessitam de acompanhamento pedagógico sistematizado para seu desenvolvimento ficam, infelizmente, esquecidas.

Os professores, por sua vez, demonstram resistência em reconhecer esses alunos como parte de sua responsabilidade. As atividades adaptadas são raras e, quando ocorrem, geralmente são infantilizadas e pouco contribuem para o processo de aprendizagem. Sem a adaptação curricular adequada e diante da ausência de um olhar sensível e atento por parte dos docentes, o PAE se vê em uma posição difícil, tentando suprir todas as lacunas e promover uma inclusão que, muitas vezes, ainda parece uma utopia.

O desgaste dessa profissão não é apenas físico e mental. Lida-se diariamente com frustrações. Sofrem-se agressões físicas e verbais por parte de alunos que necessitariam de diversos acompanhamentos terapêuticos, mas não os recebem. Há a pressão constante dos pais e da escola, que esperam resultados no desenvolvimento das crianças, seja no aspecto comportamental ou intelectual. E, talvez o mais difícil, é lidar com a cobrança interna, a sensação constante de não estar conseguindo realizar um bom trabalho.

3.1. Análise dos Dados do Questionário Aplicado aos Profissionais de Apoio Escolar

A presente análise baseia-se nas respostas de 22 Profissionais de Apoio Escolar, que atuam diretamente com estudantes com deficiência no contexto da escola regular. O questionário visou compreender aspectos relacionados à formação, condições de trabalho, suporte institucional, práticas pedagógicas, reconhecimento profissional e saúde mental desses profissionais.

No que se refere à formação acadêmica, observou-se que a maioria dos participantes possui graduação em Pedagogia (13), incluindo especializações em Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado (AEE). Outros participantes possuem formação em Magistério (2), Normal Superior (1) e cursos como Letras, Biblioteconomia e Educação Especial. Esses dados indicam que, embora haja uma base formativa em educação, nem todos os profissionais possuem formação específica voltada à Educação Especial. Por outro lado, quase todos os respondentes (21) realizaram curso de cuidador de alunos com deficiência, o que revela uma preocupação com a capacitação prática voltada à função.

Quanto à experiência profissional, sete profissionais estão atuando há menos de um ano com alunos com deficiência, dois entre um e dois anos, quatro entre três e cinco anos, e

nove há mais de cinco anos. Esses números indicam que parte significativa do grupo está em início de carreira, enquanto outra parte já acumula experiência mais consolidada.

As condições de trabalho dos PAEs também revelam desafios importantes. A maioria acompanha de dois a três alunos por turno, sendo que alguns chegam a atender até seis estudantes simultaneamente. Além disso, quinze profissionais relataram também acompanhar alunos sem laudo médico, mas que demandam atenção constante, evidenciando a ampliação das responsabilidades atribuídas à função. Com relação à carga de trabalho, onze classificaram-na como pesada e quatro como muito pesada, e treze afirmaram sentir-se sobrecarregados com frequência, enquanto nove relataram essa sensação em alguns momentos. Esses dados demonstram um ambiente laboral de alta demanda e carga emocional significativa.

A infraestrutura escolar foi considerada inadequada por 12 profissionais e apenas quatro a julgaram adequada. Esse dado reforça a existência de barreiras físicas e estruturais que comprometem o trabalho dos PAEs e a inclusão efetiva dos estudantes PAEE.

Em relação à formação continuada, quinze profissionais afirmaram ter participado de cursos voltados à Educação Inclusiva. No entanto, apenas cinco se sentem plenamente preparados para lidar com os desafios da função, enquanto a maioria (14) afirma sentir-se apenas parcialmente preparada, e três se consideram despreparados. O apoio institucional também se mostra limitado: apenas nove sentem-se apoiados pelas equipes gestoras e docentes, enquanto doze afirmam receber esse suporte apenas raramente.

Nas práticas pedagógicas, observou-se que há pouca articulação entre os professores e os PAEs. Apenas quatro profissionais relataram que os docentes adaptam atividades para os alunos com deficiência; dez apontaram que isso ocorre raramente e sete afirmaram que tais adaptações não são realizadas. Além disso, treze percebem resistência por parte dos professores em incluir esses alunos em suas práticas, e seis afirmam que essa resistência é explícita. Quanto ao reconhecimento do trabalho dos PAEs pelas equipes escolares, dez disseram sentir-se parcialmente valorizados, cinco relataram não se sentirem valorizados e apenas seis se consideram reconhecidos.

Outro dado preocupante refere-se ao registro da função na carteira de trabalho: muitos relataram registros como "babá", "auxiliar educacional", "monitor" ou denominações genéricas, indicando a ausência de uma nomenclatura padronizada e a consequente desvalorização institucional da função. Essa percepção é reforçada pelos relatos de agressões físicas ou verbais sofridas por dezoito profissionais, além dos impactos emocionais

mencionados por onze deles de forma contínua e oito de forma ocasional. Apenas dois relataram não sofrer tais impactos.

Por fim, a percepção sobre o reconhecimento social da profissão é extremamente negativa: dezenove profissionais acreditam que sua função não é valorizada pela sociedade. As respostas abertas destacam sentimentos de abandono, sobrecarga e a inexistência de suporte adequado, tanto estrutural quanto emocional. Por outro lado, também emergem relatos de compromisso ético, empatia e amor pela profissão, revelando que, apesar das adversidades, esses profissionais reconhecem a importância de seu papel na promoção da inclusão.

1. Tabela com os resultados quantitativos

CATEGORIA	ITEM	RESPOSTAS
FORMAÇÃO	Curso de Pedagogia	13
	Magistério	2
	Normal Superior	1
	Outras (Letras, Biblioteconomia, etc.)	5
TEMPO DE ATUAÇÃO COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA	Curso de cuidador de alunos com deficiência	21 sim / 1 não
	Menos de 1 ano	7
	1 a 2 anos	2
	3 a 5 anos	4
	Mais de 5 anos	9
NÚMERO DE ALUNOS ACOMPANHADOS	1 a 6 alunos por turno	
ACOMPANHA ALUNOS SEM LAUDO?	15 sim / 7 não	
CARGA DE TRABALHO	Leve	1
	Moderada	6
	Pesada	11
	Muito pesada	4
SENSAÇÃO DE SOBRECARGA	Sim	13
	Às vezes	9
INFRAESTRUTURA ESCOLAR ADEQUADA?	Sim	4

	Parcialmente	6
	Não	12
FORMAÇÃO CONTINUADA EM INCLUSÃO	Sim	15
	Não	7
SENTIMENTO DE PREPARO PARA A FUNÇÃO	Sim	5
	Parcialmente	14
	Não	3
RECEBE APOIO INSTITUCIONAL?	Sim	9
	Raramente	12
	Não	1
ADAPTAÇÃO DE ATIVIDADES PELOS PROFESSORES	Sim	4
	Raramente	10
	Não	7
RESISTÊNCIA DOS PROFESSORES À INCLUSÃO	Sim	6
	Às vezes	13
	Não	3
VALORIZAÇÃO NA ESCOLA	Sim	6
	Parcialmente	10
	Não	5
SOFREU AGRESSÕES FÍSICAS OU VERBAIS	Sim	18
	Não	4
IMPACTOS EMOCIONAIS/PSICOLÓGICOS	Sim	11
	Às vezes	8
	Não	2
PROFISSÃO VALORIZADA PELA SOCIEDADE?	Sim	3
	Não	19

4. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cargo de Profissional de Apoio Escolar no município de Uberlândia é relativamente recente, tendo sido criado por meio da Lei Complementar nº 661/2019, com o objetivo de garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes público da Educação Especial nas escolas de ensino regular. Esse profissional possui uma ampla lista de atribuições, que vão desde cuidados com a higienização e realização de intervenções lúdico-pedagógicas até a mediação de atividades que promovam o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos, garantindo-lhes acesso ao conhecimento e aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Entretanto, a realidade vivenciada por esses profissionais no cotidiano escolar está longe de permitir que tais atribuições sejam plenamente realizadas. O atendimento simultâneo a vários alunos, a falta de estrutura física nas escolas e a ausência de capacitações contínuas que sensibilizem toda a equipe escolar em relação aos estudantes PAEE intensificam, de forma significativa, os desafios enfrentados no exercício dessa função. A carência de formação especializada também é um ponto crítico, pois os requisitos estabelecidos em edital para posse no cargo não contemplam a complexidade do trabalho desempenhado. Além disso, as formações continuadas oferecidas pela gestão municipal não conseguem suprir essa lacuna.

O acúmulo de demandas, a pressão excessiva e o baixo reconhecimento da função têm levado os Profissionais de Apoio Escolar à exaustão física e emocional. Como consequência, observa-se um número elevado de exonerações, já que muitos profissionais acabam desmotivados e optam por abandonar o cargo.

Portanto, faz-se necessário, o desenvolvimento de estudos mais aprofundados que permitam compreender, de forma ampla, as condições de trabalho desses profissionais. Somente assim será possível propor estratégias que promovam, de fato, a inclusão dos estudantes PAEE no ambiente escolar, bem como a valorização e o fortalecimento do papel desses trabalhadores na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [https:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 de mar. 2025.

BRASIL. **Declaração de Salamanca:** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 04 de mar. 2025.

_____. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.** Declaração de Guatemala. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jul. 2022.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).** Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2023.pdf. Acesso em: 04 de mar. 2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência - LBI** (Estatuto da pessoa com deficiência) – Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 04 de mar. 2025.

_____. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN. Ministério de Educação e Cultura. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 de mar. 2025.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf>. Acesso em: 04 de mar. 2025.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2 ed. - Porta Alegre: Bookman, 2004.

KASSAR, M. de C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. **Embates e disputas na política nacional de educação especial brasileira.** Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 45, 2019. Disponível em: < <https://bitly.com/rSOFh> >. Acesso em: 10 de jul. 2022.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PIZZANI, Luciana et al. **A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento.** Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul./dez. 2012.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Altas, 1987.

UBERLÂNDIA. **Instrução Normativa SME nº 006/2022.** Dispõe sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na rede municipal de ensino de Uberlândia e organizações da sociedade civil OSCs parceiras e revoga a instrução normativa SME nº

004/2019. Diário oficial do município nº 6498 de 01 de dezembro de 2022. p. 11-18. disponível em: <https://docs.uberlandia.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/6498.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2023.

_____. **Lei Complementar nº 661**, de 8 de abril de 2019, que Altera a Lei nº 11.967, de 29 de setembro de 2014 e suas alterações, que "Dispõe sobre o plano de carreira dos servidores do quadro da educação da rede pública municipal de ensino de Uberlândia e dá outras providências", e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ompix>. Acesso em: 19 abr. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> . Acesso em: 05 de jul. 2022.